

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 09/08/2016

- [Agentes da Funase pedem reajuste salarial durante protesto no Recife](#)
- [Criança morre ao tentar capturar pokémons no litoral do RS, diz amigo](#)
- [As crianças campeãs das olimpíadas da periferia do Rio](#)
- [Conselheiros tutelares de Abreu e Lima devem adotar medidas para agilizar o atendimento a crianças e adolescentes](#)

Assunto: Agentes da Funase pedem reajuste salarial durante protesto no Recife

Fonte: Portal G1 PE

Data: 09/08/2016



Agentes da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase) fazem um protesto pelas ruas do [Recife](#) na manhã desta terça (9). Por volta das 11h, o grupo saiu do Parque 13 de Maio em direção ao Palácio do Campo das Princesas, sede do governo estadual, buscando uma reunião com o governador Paulo Câmara. De acordo com a categoria, as principais reivindicações são reajuste salarial, regulamentação do risco de vida e plano de saúde.



Agentes saíram do Parque 13 de Maio em direção ao Palácio do Governo

“Estamos há quatro anos sem ter reajuste no salário. Já falamos com a Funase e com a Secretaria da Criança e Juventude, mas não fomos atendidos. Alguns dos nossos colegas foram demitidos por causa das reivindicações”, reclama o ex-agente Rafael Silva, representante da categoria.

Durante a passeata, o grupo passou por vias importantes do Recife como a Avenida Conde da Boa Vista. De acordo com a Companhia de Trânsito e Transporte Urbano (CTTU), o fluxo de veículos no sentido centro da via é lento. Para os motoristas, a recomendação é evitar a área.

De acordo com o representante, o grupo planeja se reunir com o governador Paulo Câmara

ainda nesta terça (9). “Já apresentamos nossa pauta em 2014 e em 2015, mas não fomos atendidos. Essa vai ser a primeira vez em 2016 que mostramos nossas reivindicações e queremos ser recebidos”, alega. Por volta das 12h30, o grupo chegou ao Palácio do Governo. No local, há orientadores da CTTU.



Protesto dos agentes da Funase segue em direção ao Palácio do Governo, no Campo das Princesas

Procurada pelo **G1**, a Secretaria da Criança e Juventude, responsável pela Funase, explicou que as reivindicações dos agentes e assistentes da Funase ficam a cargo da Secretaria de Administração do Estado (SAD). A reportagem entrou em contato com a secretaria e aguarda retorno.

Assunto: Criança morre ao tentar capturar pokémons no litoral do RS, diz amigo

Fonte: Portal G1

Data: 09/08/2016



Corpo de menino foi localizado após buscas no Rio Tramandaí

O corpo de um menino de 9 anos foi localizado na noite de segunda-feira (8) no rio Tramandaí, na cidade de Imbé, no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. A polícia informou que a criança caiu na água ao tentar caçar pokémons do jogo "Pokémon Go". A vítima foi identificada como Arthur Bobsin. Ele estava acompanhado de um amigo, que conseguiu se salvar.

Fenômeno mundial desde o lançamento em julho, "Pokémon Go" é um game gratuito para smartphones em que os jogadores precisam andar pelas ruas de sua cidade para encontrar as criaturas a serem capturadas. Com a

função GPS, os jogadores são avisados se há alguma criatura nas proximidades.

De acordo as informações da Brigada Militar repassadas à Polícia Civil, por volta das 15h Arthur e o amigo foram até um terreno baldio próximo à casa de um deles para pegar um barco de fibra usado por pescadores da região.

Eles chegaram a entrar no rio Tramandaí com o barco, que virou perto da margem. Os garotos caíram na água e um deles desapareceu. Ainda de acordo com a polícia, relatos iniciais apontam que os dois não estavam acompanhados de nenhum adulto.

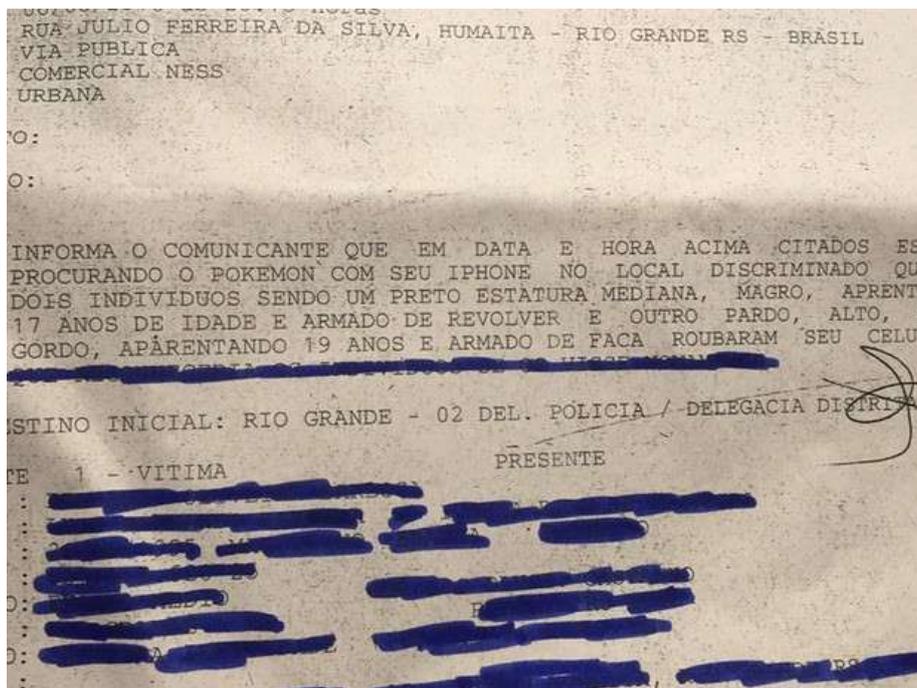
As buscas por Arthur começaram ainda na tarde desta segunda, mas foram suspensas no início da noite. O corpo foi encontrado por volta das 20h por funcionários da Transpetro, que auxiliaram nas buscas.

O amigo que estava com Artur relatou à Brigada Militar que os dois tinham tentado entrar no rio para caçar pokémons. O caso foi encaminhado à Delegacia de Pronto Atendimento de Tramandaí, no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, e a investigação será conduzida pela Polícia Civil de Imbé.

Celular roubado no final de semana

Esta não foi a primeira ocorrência envolvendo "Pokémon Go" no Rio Grande do Sul. No sábado (6), um rapaz de 21 anos teve o celular roubado enquanto caçava os personagens na cidade de Rio Grande, no Sul do estado.

A informação consta do boletim de ocorrência registrado junto à Polícia Civil, mas a informação só foi confirmada nesta terça-feira (9).



Boletim de ocorrência registrado pela vítima após o roubo do

Fenômeno

Desde que chegou aos Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia em 5 de julho, "Pokémon Go" se transformou em um fenômeno. No Brasil, o jogo foi lançado em 3 de agosto. O game valorizou as ações da Nintendo, tornou-se mais usado que Twitter e Tinder e provocou todo tipo de fenômeno – de lesões em jogadores a alertas de departamentos da polícia por todo o mundo.

Houve também uma popularização de bebês com nomes de pokémons, pessoas assaltadas por ladrões que usavam o app para atrair vítimas a lugares desertos e um homem que foi demitido em Cingapura após criticar o país por ainda não ter acesso ao jogo.

Atualmente, "Pokémon Go" foi lançado na América do Norte, vários países da Europa, Japão e outras regiões da Ásia. De acordo com John Hanke, presidente-executivo da Niantic, criadora do game, o jogo deve chegar a 200 mercados no total.

Como funciona

"Pokémon Go" é um game gratuito de smartphones que usa realidade aumentada e GPS para levar os monstrinhos da Nintendo para o mundo real. A dinâmica é mais ou menos a mesma dos outros jogos da série: caçar, capturar e treinar todos os 151 pokémons.

Com a função GPS, os jogadores são avisados de quando estiverem próximos à localização de algum monstinho. O app então processa uma imagem virtual dos pokémons sobre o sinal obtido via câmera fotográfica dos aparelhos.

Assunto: As crianças campeãs das olimpíadas da periferia do Rio

Fonte: Portal NE10 PE

Data: 09/08/2016



Entusiasta das olimpíadas Jarbas Meneghini tem espécie de museu em casa, na periferia do Rio

Com uma coroa de louros, os atletas sobem no pódio para receber com incredulidade suas medalhas sob uma chuva de papel picado, ao som do hino brasileiro. Mas não estamos em um estádio olímpico, e sim na periferia do Rio, onde um homem transforma em realidade o sonho de muitas crianças de seu bairro.

Este homem se chama Jarbas Meneghini e tem 47 anos. Quando jovem quis ser

jogador de futebol profissional, mas nunca conseguiu. Tornou-se mecânico, e dedicou sua vida a prestar homenagem ao esporte.

Sua casa em Campo Grande, um gigantesco bairro popular do oeste do Rio de Janeiro, a 40 km do centro, é um tipo de museu da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos.

A bandeira olímpica e as de vários países ondeiam ao vento. Os aros olímpicos brilham na porta da garagem. A vitrine construída no muro externo ostenta pequenos troféus de vários esportes e estatuetas coloridas do Cristo Redentor. Dentro, um quarto inteiro guarda dezenas de troféus e medalhas confeccionados por Jarbas, fotografias suas com lendas do futebol como Neymar, Pelé e Romário, e souvenirs de campeonatos de todo tipo.

Pequenos atletas

Em todos os domingos há um mês, as crianças do bairro vão para lá correr na pista de atletismo improvisada construída no pátio, jogar na mesa de pingue-pongue bamba instalada na calçada, correr pela rua com tochas olímpicas produzidas em PVC pelo próprio Jarbas ou dançar com os aros olímpicos.

Também ouvem suas anedotas sobre a história dos Jogos, ou sobre como conseguiu entregar a mais de 50 jogadores da seleção brasileira uma réplica em tamanho real do troféu da Copa do Mundo feita por ele mesmo.

As atividades prosseguirão durante todos os Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

"O esporte tem regras, e isso ajuda as crianças, ter regras na vida profissional. Há um horário para chegar, um horário para sair, o esporte educa", afirma à AFP este homem afável, que se emociona ao lembrar seus encontros com atletas famosos.

Quando soube que o Rio de Janeiro seria a sede dos primeiros Jogos Olímpicos da América do Sul, Jarbas mergulhou na tarefa de criar uma réplica da tocha olímpica, e as crianças foram pedindo mais e mais.

Terminou até construindo um bonito pódio com caixas de verduras, e após as atividades esportivas as crianças recebem réplicas das medalhas e agitam ramos de flores artificiais em uma cerimônia cuidadosamente orquestrada.

Os Jogos, caros e distantes

Para muitas destas crianças, que nunca pisaram na vida no calçadão das famosas praias de Copacabana ou Ipanema e cujos pais não têm recursos para comprar um ingresso para uma competição olímpica, isso é o mais perto que estarão em suas vidas dos Jogos Olímpicos.

"Fiz tudo praticamente sozinho, com muito prazer. Minha mãe me ajuda a costurar as bandeiras dos países, e minha esposa e minha filha me ajudam também. Não há apoio do governo à população carente da zona oeste como Campo Grande", conta Jarbas, que paga tudo do próprio bolso.

Na periferia do Rio "não haverá legado", lamenta.

"O governo se concentrou em fazer apenas estes centros esportivos olímpicos na Barra da Tijuca ou em Deodoro e se esqueceu da comunidade carente. É algo muito triste. A única coisa que resta é a força do povo, de pessoas apaixonadas como eu para educar as crianças através do esporte", explica.

Os Jogos ficaram distantes das centenas de favelas do Rio, onde vive quase um terço da população desta cidade de seis milhões de habitantes. Ali não há atividades organizadas pelas autoridades olímpicas, e muitos de seus habitantes se sentem excluídos da maior celebração esportiva mundial.

Num momento em que o Brasil atravessa sua pior recessão em quase um século e uma profunda crise política, não são poucos os cariocas que perguntam por que o dinheiro investido nos Jogos não foi gasto para melhorar a educação ou a saúde pública, de péssima qualidade.

Jarbas não assistirá ao vivo nenhuma competição olímpica, mas está acompanhando muitas disputas pela televisão. "Os ingressos são caros e é longe", explica.

Assunto: Conselheiros tutelares de Abreu e Lima devem adotar medidas para agilizar o atendimento a crianças e adolescentes

Fonte: Ministério Público de PE

Data: 09/08/2016



Para contribuir com a celeridade do atendimento à criança e ao adolescente pela rede de proteção local, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) recomendou aos membros do Conselho Tutelar de Abreu e Lima que adotem uma série de precauções nos encaminhamentos de casos ou respostas de ofícios ao MPPE, evitando assim a necessidade do reenvio de ofícios solicitando informações ou diligências complementares do Conselho Tutelar.

Segundo a promotora de Justiça Liliane Asfora Cavalcanti da Fonte, foram observadas fragilidades nos encaminhamentos feitos pelo Conselho Tutelar de Abreu e Lima à promotoria de Justiça local, entre elas: a descrição lacônica dos casos, sem especificar o que efetivamente foi constatado da denúncia encaminhada; a não indicação específica de quais medidas de proteção foram efetivamente aplicadas às crianças e aos adolescentes, aos seus pais ou responsáveis; e a ausência de identificação completa das crianças ou adolescentes e de seus pais ou responsáveis, assim como seus endereços completos e telefones de contato, local de trabalho ou estudo, dentre outras informações relevantes para a rápida atuação do MPPE.

Em alguns casos, o Conselho Tutelar ainda realizou leituras meramente prescritivas do problema, pois não relatou quais medidas foram previamente tomadas para sanar a violação de direito, nem se foram acionadas outras instituições. Liliane Asfora Cavalcanti também observou que, outras vezes, o órgão tutelar tem provocado o Ministério Público para que sejam feitos encaminhamentos que são atribuição inicial do próprio Conselho Tutelar, conforme o artigo 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/1990).

O MPPE recomendou aos membros do Conselho Tutelar de Abreu e Lima que especifiquem, ainda que em breve relato, o que foi efetivamente constatado nas denúncias e quais medidas de proteção foram efetivamente aplicadas à criança e ao adolescente, ou ainda aos seus pais ou responsáveis. Também deve-se especificar a quais dos pais ou responsáveis pela criança e adolescente foram aplicadas as medidas pertinentes, e a quais das crianças ou adolescentes foram aplicadas medidas de proteção, tomando o cuidado de particularizá-las e qualificá-las devidamente, com todas as informações imprescindíveis para a atuação da 3ª Promotoria de Justiça de Abreu e Lima.

Antes de encaminhar o caso ao Ministério Público, os membros do órgão tutelar devem procurar exaurir suas possibilidades de atuação, adotando os devidos encaminhamentos junto à família da criança e do adolescente e aos órgãos de promoção dos seus direitos, notadamente os da saúde, educação, assistência social, moradia, previdência, trabalho e

segurança. Nos casos de pedido de afastamento do lar da criança ou adolescente, antes de encaminhar o caso, deve-se buscar saber da existência de familiares extensos ou pessoas da comunidade com as quais os infantes tenham laços de afinidade e afetividade firmados, e estejam dispostos a acolhê-los provisoriamente, mediante guarda.

Uma vez decidido o encaminhamento do caso, o Conselho Tutelar deverá indicar a providência que julgar pertinente, sendo a opinião do órgão de suma importância na escolha do caminho a ser seguido. Também deve-se buscar, sempre que possível, as testemunhas dos fatos narrados, e providenciar a remessa dos dados e documentação da criança e do adolescente, bem como dos pais ou responsáveis, além de remeter cópia dos estudos e laudos sociais, psicológicos, pedagógicos, médicos e outros que disponham.

Mesmo que o caso seja remetido ao Ministério Público, o Conselho Tutelar não deve entender tal providência como um encerramento do caso perante o órgão tutelar, pois ainda poderá adotar as diligências que estiverem dentro de suas atribuições e deverá, sempre que necessário, manter a promotoria atualizada das evoluções ou involuções do caso que tiverem conhecimento.

Entre a série de medidas recomendadas pelo MPPE também estão a de sempre pautar a intervenção junto à criança, ao adolescente e sua família, pelos princípios elencados no artigo 100 do ECA. Os termos dos encaminhamentos e ofícios remetidos ao Ministério Público devem ser observados atentamente, e os expedientes devem ser respondidos dentro do prazo assinalado, sempre informando à Promotoria de Justiça acerca das medidas já adotadas para atender às requisições.

Por fim, o Conselho Tutelar de Abreu e Lima foi recomendado a adotar os padrões de referência no encaminhamento do caso não apenas para o Ministério Público, mas também, no que for aplicável, para os demais atores da rede local de proteção aos direitos da criança e do adolescente.

A recomendação foi publicada no Diário Oficial da quarta-feira (3).